

# Almada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

2.<sup>a</sup> série #25 Nov. 2022  
anual

dossiê

## GRANDES DESAFIOS DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

**A difusão da  
“Matriz de Harris”  
em Portugal**

**O naufrágio do vapor  
Ville de Victoria (1886)**

**A formação pioneira na  
Arqueologia portuguesa  
(1968-1974)**

Preço: 10 €



**CAA**

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

Vista aérea da zona central do sítio arqueológico dos Perdígões, Monumento Nacional situado no município de Reguengos de Monsaraz. A foto regista estrutura cerimonial composta por vários círculos de paliçadas e postes em madeira. O conjunto é sobreposto por uma grande estrutura pétrea e várias datações de radiocarbono situam-no entre 2800 a 2600 a.C.

Foto | © José Pedro Machado  
(ERA Arqueologia SA)



2.ª Série, N.º 25, Novembro 2022

**Proprietário e editor |**

Centro de Arqueologia de Almada  
Apartado 603 EC Pragal  
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

**Sede do editor e da redacção |**

Travessa Luís Teotónio Pereira,  
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.caa.org.pt

**Publicidade e Distribuição |**

Centro de Arqueologia de Almada

Registo de imprensa | 108998

ISSN | 0871-066X

Depósito legal | 92457/95

**Estatuto editorial |**

www.almadan.publ.pt

**Impressão |** Jorge Fernandes Ld.ª

Rua Qt.ª do Conde de Mascarenhas, 9  
2820-652 Charneca de Caparica

Tiragem | 300 exemplares

Periodicidade | Anual

**Apoios |** Câmara Municipal de Almada /

/ Associação dos Arqueólogos Portugueses /

/ Arqueohoje - Conservação e Restauro

do Património Monumental, Ld.ª /

/ Dryas - Octopétala, Ld.ª / Câmara

Municipal de Oeiras / Neoépica, Ld.ª

**H**á 40 anos (1982), quando preparávamos o número zero da 1.ª série da *Al-Madān*, e mesmo há 30 (1992), quando editávamos o n.º 1 da 2.ª série, não podíamos imaginar que este projecto editorial atravessaria as décadas seguintes, com naturais altos e baixos, para chegar a 2022 com um passado e um presente que honram quem a produz e edita e, hoje, não se confinam nestas páginas vertidas em papel. Desde 2005, a *Al-Madān Online* está presente na Internet (<https://lissuu.com/almadan>) e suplementa a revista impressa, nos últimos dez anos com periodicidade semestral, promovendo outros conteúdos de natureza arqueológica, patrimonial e de áreas de intervenção com estas relacionadas. No total, são 8983 páginas publicadas (impressas e digitais), que reúnem trabalhos de 999 colaboradores(as) nacionais e estrangeiros(as), muitos(as) deles(as) várias vezes repetentes.

É um trabalho persistente e consistente de promoção e de divulgação científica que tem permitido partilhar o pensamento e a acção de autores(as) e investigadores(as), dos(as) mais credenciados(as) e experientes aos(as) que iniciam agora o seu percurso profissional ou académico. No caso da *Al-Madān* impressa, esse esforço editorial estimulou também a abordagem coordenada e mais aprofundada das matérias a que se dedicaram os seus dossiês centrais, muitos deles ainda fontes de referência para as temáticas tratadas.

Sendo vários desses dossiês balanços retrospectivos da realidade portuguesa, procurámos neste volume, simbólico pela data “redonda” que assinala, olhar mais para o futuro do que para o passado. Um conjunto de autores(as) muito qualificado e diversificado aceitou o desafio para um ensaio prospectivo dedicado ao que, sob diferentes perspectivas e em domínios distintos, podem e devem configurar os Grandes Desafios da Arqueologia Portuguesa, no sentido lato da sua componente científica, profissional e formativa, mas também do enquadramento legislativo, da interacção com outras áreas de saber e, ainda, da preservação e sociabilização dos bens arqueológicos imóveis e móveis.

Para lá desse dossiê, entre outras matérias que reputo de relevantes, permitam-me que destaque artigo que historia a introdução das análises estratigráficas e, em particular, da “matriz de Harris” na arqueologia de campo realizada no nosso país, até porque a *Al-Madān* teve um papel pioneiro e fundamental na apresentação e difusão desta metodologia, hoje generalizada. Enfim, das crónicas aos artigos, estudos e notícias, encontrar-se-ão certamente motivos de leitura nas páginas seguintes.

Votos de que o possam fazer com prazer, de boa saúde e em segurança.

Jorge Raposo, 11 de Outubro de 2022

**Director |** Jorge Raposo  
(director.almadan@gmail.com)

**Conselho científico |** Amílcar Guerra,  
António Nabais, Luís Raposo, Carlos  
Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

**Redacção |** Centro de Arqueologia de  
Almada (sede)

**Resumos |** Autores e Jorge Raposo  
(português), Luísa Pinho (inglês) e  
Maria Isabel dos Santos (francês)

**Modelo gráfico, tratamento de imagem  
e paginação electrónica |** Jorge Raposo

**Revisão |** Autores e CAA: Fernanda  
Lourenço, Vanessa Dias e Rui Botas

**Colunistas |** Amílcar Guerra, António  
Manuel S. P. Silva, Carlos Marques da  
Silva e Victor Mestre

**Colaboram neste número |** Maria José  
de Almeida, Miguel Almeida, Gonçalo  
de Carvalho Amaro, ArqueoHoje Ld.ª,  
José Arnaud, Pedro Barros, Luísa Batalha,  
Mária Teresa Blázquez, Jacinta Bugalhão,  
Luís Câmara, João Luís Cardoso,  
Tânia Manuel Casimiro, Vanessa Dias,  
Mariana Diniz, José Domingos, Ana  
Duarte, Gisela Encarnação, Carlos  
Fabião, Jorge Feio, Lídia Fernandes,  
Cristóvão Fonseca, Andreia Graça,  
Carolina Grilo, Amílcar Guerra, Gonçalo  
C. Lopes, Melissa Machado, Andrea

Martins, Victor Mestre, Paulo Oliveira  
Ramos, Jorge Raposo, Luís Raposo,  
Salette Simões Salvado, Maria de Jesus  
Sanches, Cézer Santos, Joel Santos,  
Alexandre Sarrazola, António Manuel  
Silva, Carlos Marques da Silva, Rodrigo  
Banha da Silva, Cândida Simplício,  
João Luís Sequeira, Joana Castro  
Teixeira, João Pedro Tereso, António  
Carlos Valera e Vasco Noronha Vieira

Os conteúdos editoriais da *Al-Madān Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

RESUMO

Apresenta-se, de forma resumida, a história do Centro Piloto de Arqueologia do Secretariado para a Juventude do Ministério da Educação Nacional. Criado em finais de 1970, sob a égide do Ministro José Veiga Simão, deu continuidade ao Centro Nacional Juvenil de Arqueologia da Mocidade Portuguesa, fundado apenas dois anos antes. São caracterizadas as mais importantes iniciativas então desenvolvidas no âmbito da formação dos jovens no domínio da Arqueologia, essencialmente vocacionadas para os estudantes do ensino secundário. Sublinha-se ainda o pioneirismo da ação então desenvolvida por este Centro Piloto, a nível nacional.

PALAVRAS-CHAVE: História da Arqueologia portuguesa; Século XX; Formação.

ABSTRACT

The author presents a brief history of the Pilot Centre of Archaeology of the Youth Secretariat of the Portuguese Ministry of Education. The Pilot Centre was created at the end of the 1970s, under the auspices of José Veiga Simão, Minister of Education, to replace the National Youth Centre of Archaeology of the *Mocidade Portuguesa* organisation, which had been founded two years before. The author characterises the most important initiatives developed at the time in terms of youth training in Archaeology, which mainly targeted secondary school students. He also highlights the pioneering spirit of the Pilot Centre's action on a national level.

KEY WORDS: History of Portuguese Archaeology; 20th century; Training.

RÉSUMÉ

On présente de forme résumée l'histoire du Centre Pilote d'Archéologie du Secrétariat pour la Jeunesse du Ministère de l'Éducation Nationale. Créé à la fin des années 1970, sous l'égide du Ministre José Veiga Simão, il prend la suite du Centre National Juvenile d'Archéologie de la Jeunesse Portugaise, fondé à peine deux ans plus tôt.

On caractérise les initiatives les plus importantes alors développées dans le cadre de la formation des jeunes au domaine de l'Archéologie, essentiellement destinées aux élèves de l'enseignement secondaire. On souligne également l'esprit pionnier de l'action alors développée à niveau national par ce Centre Pilote.

MOTS CLÉS: Histoire de l'Archéologie portugaise; XXème siècle; Formation.

<sup>1</sup> Catedrático de Pré-História e Arqueologia da Universidade Aberta. Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos (AEAE, ex-CPA). Investigador integrado do ICA-EHB (Universidade do Algarve); [cardoso18@netvisao.pt](mailto:cardoso18@netvisao.pt).

<sup>2</sup> Funcionária Superior aposentada da Câmara Municipal de Lisboa (CML). Antiga Directora do Departamento do Património Cultural da CML. Antiga Presidente do Grupo dos Amigos de Lisboa. Secretária-Geral da Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos (AEAE, ex-CPA).

Por opção dos autores, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

# Do Centro Nacional Juvenil de Arqueologia da Mocidade Portuguesa ao Centro Piloto de Arqueologia do Secretariado para a Juventude do Ministério da Educação Nacional um percurso pioneiro na formação de jovens (1968-1974)

João Luís Cardoso <sup>1</sup> e Salette Simões Salvado <sup>2</sup>

Em Setembro de 1968, com a tomada de posse do Prof. Marcello Caetano como Presidente do Conselho do Governo português, abriu-se para diversos sectores do regime político então vigente a oportunidade para a realização de diversas reformas políticas e administrativas, no âmbito do ambiente social que ficou conhecido como a “primavera marcelista”.

Entre as reformas que se impunha realizar, avultava a da educação, ministrada nos estabelecimentos públicos, e a todos os níveis de ensino. A crise académica de 1968, desencadeada em Coimbra na sequência dos acontecimentos então verificados na inauguração das novas instalações da Universidade, conduziu, a curto prazo, à substituição do Ministro da Educação Nacional, o Dr. José Hermano Saraiva. Para o exercício de tal cargo, foi nomeado, em 1970, o Prof. Doutor José Veiga Simão, doutor em Física Nuclear pela Universidade de Cambridge e Catedrático da Universidade de Coimbra, tendo sido depois o primeiro Reitor dos Estudos Universitários de Moçambique desde 1962, de onde transitou, em 1970, para o referido cargo ministerial.

Foi desde logo visível a dinâmica introduzida pelo novo Ministro, o que se reflectiu a muitos níveis, tanto no concernente ao Ensino Secundário, naquela que ficou conhecida pela “Reforma Veiga Simão”, tal a importância e profundidade das alterações então introduzidas e postas em prática com evidente sucesso, como no respeitante ao Ensino Superior, com a criação de novas Universidades e Institutos Universitários.

Uma das inovações então verificadas consistiu na formação dos jovens em diversas áreas, nos seus tempos livres, os quais eram enquadrados pela Mocidade Portuguesa e pela Mocidade Portuguesa Feminina em acções desenvolvidas nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário. Foi assim que surgiu a iniciativa de reforçar e valorizar a formação básica em Arqueologia, sempre de natureza opcional e de acordo com as oportunidades surgidas nos próprios estabelecimentos de ensino e com a própria dinâmica observada em cada um deles.

Em Lisboa, onde tais actividades circum-escolares (como então eram designadas) se iniciaram e desenvolveram, o seu dinamizador foi o Dr. João Salvado (1927, Medelim; 1983, Lisboa) e resultaram, como tantas vezes acontece, de circunstâncias ocasionais.

João Salvado, licenciado em 1967 em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, com uma dissertação intitulada “Práticas Funerárias Megalíticas no Alto Alentejo” que permaneceu inédita, pertencia ao corpo redactorial do jornal *Diário de Notícias*; a partir de Outubro de 1968, passou a acumular aquelas funções com a docência como professor de História do 4.º Grupo de Disciplinas do Liceu D. João de Castro, em Lisboa, então exclusivamente masculino. Ali pretendia incutir nos jovens o gosto pela Arqueologia, que ele próprio tinha de há muito adquirido, mas a sua profissão de jornalista, com trabalho nocturno todos os dias na redacção do jornal, impedia-o de aceitar horários lectivos da parte da manhã. Uma conversa a este propósito com o seu antigo colega e então Subsecretário de Estado da Juventude e Desportos, Dr. Elmano Alves, deu origem a projecto de tornar efectiva a sua colaboração com o Liceu D. João de Castro no campo da Arqueologia, dispensando-o da parte lectiva formal da sua actividade. Obtido o apoio, indispensável para qualquer projecto desta natureza, do então Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, a iniciativa acabou por ter existência legal, a partir da decisão tomada pelo referido Subsecretário de Estado, a 23 de Novembro de 1968. Assim surgiu, formalmente, o Centro de Arqueologia da Mocidade Portuguesa, sediado no referido Liceu, ficando João Salvado oficialmente encarregue do mesmo. Tinha pois tido sucesso a ideia, à partida difícil, de concretizar os anseios de 12 jovens dos liceus de D. João de Castro e Nacional de Oeiras, e do Colégio Secundário de Aljustrel. Conforme se lê no “Editorial” do n.º 1 da revista *Dólmen*, 2.ª série, de Março de 1973: “Foi na «Villa» rústica da Torre do Cabedal, onde aqueles rapazes, de 12, 13 e 14 anos, pela primeira vez tomaram contacto com trabalhos auxiliares de escavações, que a dra. Maria Salete Simões ali realizava”.

Logo em 1969, com o início oficial das suas actividades formais, inscreveram-se, no 1.º Curso de Iniciação à Arqueologia 65 alunos. Foi então

necessário contornar outro impedimento legal, facilitado pelo estatuto Nacional do Centro recém-criado. Assim, apesar de este se encontrar sediado num estabelecimento de ensino, recebia jovens de outros estabelecimentos congéneres, como os do Liceu Nacional de Oeiras.

Desde logo se organizaram visitas de estudo a algumas das mais importantes estações arqueológicas do sul do País, acompanhadas pelos arqueólogos delas responsáveis; a gruta do Escoural, Tróia e Miróbriga foram os locais onde aqueles jovens tiveram o primeiro, e muitas vezes, o único contacto com a realidade arqueológica portuguesa, contribuindo de forma consequente para a sua formação pessoal.

Naquele mesmo ano de 1969, teve ainda lugar o 2.º Curso de Iniciação à Arqueologia, coordenado igualmente por João Salvado, tendo os cerca de 60 participantes dos liceus e escolas técnicas de Lisboa ficado alojados durante três dias no Palácio de Tróia. Na sessão de encerramento, presidida pelo Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Tenente-Coronel Carlos Gomes Bessa, usou da palavra, em nome dos seus colegas, um aluno do Liceu Nacional de Gil Vicente, que sublinhou o interesse havido no estudo das diversas épocas da História humana, desde a Pré-História à época visigótica, leccionadas ao longo do Curso, coordenado por Manuel Farinha dos Santos e João Salvado.

Na época, todas as actividades circum-escolares a nível liceal encontravam-se sob a égide da Mocidade Portuguesa, a qual só residualmente conservava ainda o cunho original da sua natureza, como organização para-militar da juventude, completamente ausente do funcionamento do Centro de Arqueologia. Mantinha-se, contudo a diferenciação nítida entre rapazes e raparigas: a Mocidade Portuguesa, destinada exclusivamente a rapazes, era dirigida por um Comissário Nacional, enquanto a Mocidade Portuguesa Feminina correspondia a uma organização distinta, com direcção autónoma.

Consolidada a posição de João Salvado como responsável pelo Centro Nacional Juvenil de Arqueologia da Mocidade Portuguesa, o mesmo passou a estar integrado na Direcção dos Serviços Culturais da Mocidade Portuguesa, sob a égide do Dr. Fernando de Campos, que, mais tarde, se viria a revelar escritor de mérito, com grande projecção mediática. Cabia ao Centro “fomentar a criação de núcleos de Arqueologia nos estabelecimentos de ensino secundário do País, e dar as primeiras orientações para o seu funcionamento” (SALVADO, 1970: 15).

A adesão a esta iniciativa por todo o País foi muito significativa, a tal ponto que, em pouco tempo, cerca de 50 liceus e escolas técnicas responderam afirmativamente, no sentido da criação de núcleos de Arqueologia em estreita articulação com o Centro sediado em Lisboa, justificando-se a preparação de um manual de Arqueologia elementar, propositamente elaborado por João Salvado (SALVADO, 1970), para dar o indispensável apoio às centenas de jovens que careciam de orientação básica.

O Centro tinha as suas instalações na Av. 5 de Outubro, n.º 95, 1.º andar, do Ministério da Educação Nacional, evidenciando-se desde modo a parceria efectiva existente entre a organização política que era

a Mocidade Portuguesa e o referido Ministério, do qual, aliás, organicamente dependia, já que o seu Comissário Nacional era nomeado pelo Ministro da Educação Nacional.

João Salvado, formalmente professor do ensino secundário, reforçava, por via deste estatuto, a ligação institucional ao referido Ministério, assegurando o principal apoio e creditação formativa que assim eram proporcionados aos jovens num domínio de natureza exclusivamente científica.

Assim se procurou e conseguiu desenvolver condições atractivas para a inclusão de todos os que desejassem obter formação inicial, ou simplesmente adquirir conhecimentos, no domínio da Arqueologia, mas para os quais a Mocidade Portuguesa era uma organização que, no mínimo, nada lhes dizia. É nesta perspectiva que se explicam os sucessos atingidos pelos sucessivos Cursos de Iniciação à Arqueologia promovidos pelo Centro. Por exemplo, aquando do encerramento do **3.º Curso de Iniciação à Arqueologia**, realizado em Março de 1970 na sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Lisboa, foram entregues diplomas a todos os jovens que concluíram o Curso, em cerimónia presidida pelo Subsecretário de Estado da Juventude e Desportos, Dr. Augusto Athayde, acompanhado do Dr. Fernando de Campos, que, conforme acima referido, era o Director dos Serviços Culturais da Mocidade Portuguesa. Esta e outras informações, no caso respeitantes a notícia assinada “A Equipa da Reportagem”, dirigida por Luís Raposo (ver *Dólmen*, n.º 2, julho/agosto de 1970), afiguram-se presentemente essenciais, por constituírem os únicos documentos para aferir a importância e efectivo impacto que tais iniciativas tiveram junto dos jovens. Verifica-se outrossim que as actividades culturais do Centro eram acompanhadas ao mais alto nível governamental o que, sem dúvida, constituía um sinal político muito forte, de inequívoco apoio oficial. Prova desta evidência foi a realização de um extenso cruzeiro no Mediterrâneo, em Setembro de 1970, em que participaram trinta jovens integrados no **1.º Curso de Aperfeiçoamento de Arqueologia**, cuja realização se ficou a dever aos Ministérios da Educação Nacional e dos Negócios Estrangeiros, e à Fundação Calouste Gulbenkian. Foram acompanhados pelos Drs. Manuel Farinha dos Santos e Salete Simões Salvado. Conforme se indica no caderno temático publicado como suplemento ao volume 3 da revista *Dólmen*, de setembro/outubro de 1970, os participantes tiveram oportunidade de visitar Barcelona, Marselha, Génova, Nápoles, Atenas e Istambul, e, em cada uma daquelas cidades, os monumentos mais representativos da sua História, depois devidamente descritos nas páginas do referido suplemento, por alguns dos participantes. Interessando particularmente a Arqueologia foram as visitas efectuadas, em Marselha, às escavações da cidade romana de *Massilia*; em Nápoles, para além do Museu Nacional de Arqueologia, percorreram Pompeia, conforme é relatado; em Atenas, visitaram a acrópole e o Museu Nacional de Arqueologia; no Museu Nacional de Arqueologia de Istambul, a notícia elaborada por Luís Raposo apresenta-o como “*Um autêntico Museu-Palácio onde se encontram das*

*mais belas peças dos mundos grego, romano e bizantino*”; também a visita de estudo às muralhas de Bizâncio deu origem a notícia da autoria de João Madeira. Um pequeno grupo de participantes teve ainda a possibilidade de se deslocar a Roma, visitando o Coliseu, tendo também sido produzida notícia então publicada a tal respeito.

Este curso representou assim uma grande oportunidade para os participantes, ficando por certo na memória de todos, guardando para sempre impressões e informações do que viram, leram e ouviram, contribuindo seguramente para a sua própria formação pessoal.

Desta forma, muitos dos jovens que tiveram a rara oportunidade desta experiência única, reforçaram a sua participação na vida do Centro. Por exemplo, Pedro Barbosa, arqueólogo e historiador, que depois viria a ser Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, assume o papel de Chefe de Redacção da revista *Dólmen* a partir do seu volume 4, de janeiro/fevereiro de 1971, substituindo João Madeira, mantendo-se Luís Raposo como chefe da equipa de reportagem.

Por vezes, os participantes mais empenhados na vida do Centro organizavam-se de forma autónoma, de acordo com os seus interesses e afinidades. Assim, logo no volume da revista *Dólmen* de janeiro/fevereiro de 1971 é noticiada, por Luís Raposo, a constituição da “Brigada Anta”, destinada a realizar trabalhos de campo, de reconhecimento e prospecção arqueológica e espeleológica.

Tais actividades tinham outros desenvolvimentos, porventura menos visíveis, como a participação em reuniões científicas da especialidade, como se informa na notícia assinada por Alexandra Gaspar (GASPAR, 1970) sobre a participação de dois membros do Centro no 2.º Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Coimbra entre 28 de Setembro e 1 de Outubro de 1970.

Com efeito, a criação da revista *Dólmen*, enquanto boletim informativo e formativo oficial do Centro Nacional Juvenil de Arqueologia da Mocidade Portuguesa, foi decidida no decurso do 3.º Curso de Iniciação à Arqueologia, realizado em Março de 1970. Deste modo, os sete números impressos artesanalmente a “*stencil*”, publicados entre maio/junho de 1970 e outubro/novembro de 1971 (Fig. 1), constituem presentemente precioso repositório de informação sobre a sua vida associativa, científica e social, e iniciativas ali desenvolvidas, e que quotidianamente justificavam publicação, sendo expressão concreta da sua extraordinária actividade. No curto espaço de ano e meio, foram publicados três números em 1970 e quatro em 1971, recheados de textos assinados, desde as simples notícias, até sínteses de leituras mais ou menos desenvolvidas, passando por artigos de opinião, como o intitulado “Considerando... sobre a Arqueologia em Portugal”, da autoria de Jorge Paulino Pereira (PEREIRA, 1971), até ensaios de natureza pedagógica e didáctica. Entre os muitos artigos desta índole, destacam-se alguns, com evidente oportunidade à época. É o caso do intitulado “Dólmens e Menhires” (BARBOSA, 1971), que sintetiza a informação essencial sobre estes dois tipos de monumentos, então em fase de acelerada destruição por via da mecanização da agricultura.

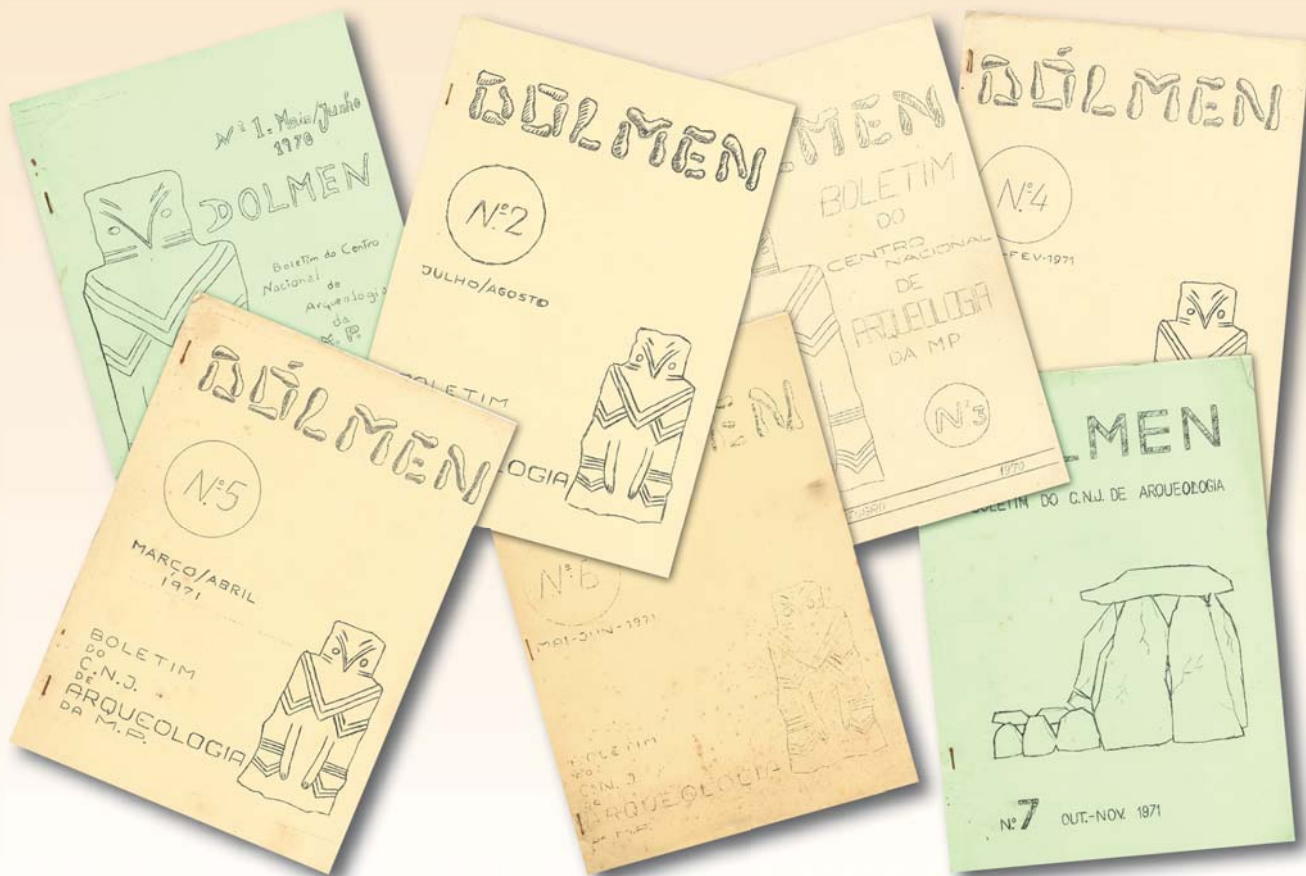


FIG. 1 – Conjunto dos sete números da Série I da revista *Dólmen*, publicados em continuidade entre Maio-Junho de 1970 e Outubro-Novembro de 1971.

Merecem destaque os artigos originais, que para muitos dos autores constituíram a primeira oportunidade de darem público eco das suas próprias opiniões e investigações. É o caso do artigo em que o autor se insurge pela proliferação de museus regionais de Arqueologia, com o sugestivo título “Não Façam Mais Museus Regionais de Arqueologia!” (PARREIRA, 1971a). No segundo caso, encontra-se a breve síntese “Notas Sobre o Complexo Cultural Eneolítico em Portugal”, também da autoria de Rui PARREIRA (1971b), prenúncio dos estudos que, mais tarde, já como arqueólogo, viria a dedicar a esta temática, que pontuou toda a sua carreira.

Outros artigos possuem um nítido carácter formativo, como é o caso do intitulado “A Prospecção Arqueológica”, de assinalável desenvolvimento, e servido por bibliografia essencial (MADEIRA, 1971a), e do respeitante ao uso da fotografia aérea em Arqueologia (PARREIRA, 1971 b), ou ainda do dedicado aos cuidados a atender em uma escavação arqueológica, oportuna síntese, clara e objectiva, que se afigurava essencial em uma publicação desta natureza, da autoria de uma jovem que não deu continuidade ao interesse então demonstrado (FRIAS, 1970).

Também a Arqueologia subaquática, então quase ignorada em Portugal, foi objecto de um extenso artigo, motivado pela leitura da publicação da escavação do navio bizantino do século VII naufragado em Yasi Ada,

na costa da Turquia (OLIVEIRA, 1971). Este estudo teve assim o mérito de chamar a atenção para domínio científico que, em Portugal, dava então os primeiros passos, em Tróia, por via da colaboração estabelecida com o Centro Português de Actividades Subaquáticas, na pessoa do Arq. Jorge Albuquerque, que, em 1969, fez uma apresentação do tema, em Tróia, aos participantes no 2.º Curso de Iniciação à Arqueologia, ali reunidos.

Bastariam estes exemplos, entre tantos outros, para atribuir um importante papel formativo a esta despreziosa quanto útil publicação juvenil, incentivadora de vocações, pelas oportunidades oferecidas, longe de qualquer espírito paternalista ou, pior ainda, limitador da liberdade de expressão individual. Pode afirmar-se que o *Dólmen*, enquanto órgão do Centro Nacional Juvenil de Arqueologia da Mocidade Portuguesa, foi, através dos contributos nela publicados, um espaço de criação (e, por que não dizê-lo), também de afirmação dos jovens, até pela forma como a sua redacção se encontrava organizada, com funções e responsabilidades distribuídas entre os próprios, como em qualquer redacção, viabilizando a apresentação de opiniões livres.

As entrevistas realizadas a alguns dos mais importantes arqueólogos da época, que colaboraram como docentes nos sucessivos cursos de Arqueologia leccionados no Centro, constituem um dos pontos de maior interesse, pelo seu valor histórico: é o caso da entrevista a Octávio da Veiga Ferreira, publicada no *Dólmen*, n.º 2, de julho/agosto de 1970, assinada “A Equipa de Reportagem” chefiada por Luís Raposo, reveladora do pensamento, extensível a alguns dos professores do Centro, de ser possível uma intervenção profunda no modo como a Arqueologia era

ensinada a nível universitário em Portugal. Com efeito, O. da Veiga Ferreira, cuja formação de base era no domínio da Geologia, e só depois obteve o Grau de Doutor da Universidade de Paris, em 1965, com uma tese principal sobre a Cultura do Vaso Campaniforme em Portugal (FERREIRA, 1966), à pergunta formulada sobre as soluções que daria para o desenvolvimento da Arqueologia em Portugal, declara: “A primeira coisa era criar um organismo nacional e dependente directamente do Ministro da Educação Nacional (hoje, felizmente estamos bem servidos com o Ministro. Mas, não sei se ele terá tempo para fazer todas essas coisas que, eu sei, ele pensa fazer)” (judiciosas considerações que viriam a ser confirmadas pelos acontecimentos...). Mais à frente, aquele arqueólogo declara, de forma clara e corajosa, como era seu timbre: “[...] que para isso tem de se modificar completamente a Universidade em relação ao ensino da arqueologia [...]” (EQUIPE DE REPORTAGEM, 1970).

Naturalmente que estas palavras criaram incomodidade, pela ameaça que de facto representavam para os poderes instituídos na Universidade. A existência de uma alternativa ao ensino da Arqueologia ministrado na Universidade, e dela independente, justificaram em boa parte algumas das situações de animosidade contra o Centro, que depois de Abril de 1974 se vieram a manifestar.

Outra entrevista que importa registar foi a realizada a Manuel Farinha dos Santos, sob o título “O País é Riquíssimo em Estações Arqueológicas de Todos os Períodos do Passado Humano”, por Hélia Almeida e Luís Raposo e publicada no *Dólmen*, n.º 1, de maio/junho de 1970 (ALMEIDA e RAPOSO, 1970).

Enfim, é igualmente relevante, por constituir um raro testemunho na primeira pessoa do ilustre cientista, também professor no Centro, publicada no n.º 5 da mesma revista, de março/abril de 1971 intitulada “Dr. Georges Zbyszewski, o Homem e o Arqueólogo”, conduzida por João Madeira. A mesma termina com as seguintes palavras, representativas sobretudo do espírito que animava o entrevistador: “*Amigo do que ele próprio chamava a «nova geração», ele compreende-a em toda a sua dimensão e em toda a sua ideologia quase «Revolucionária». Também nela se pode encontrar essa qualidade que define os mestres - SABER ENSINAR*” (MADEIRA, 1971b: 15).

Expressiva foi, enfim a longa entrevista realizada a Jaime Pereira Roldão, “o Sr. Roldão”, chefe do Pessoal Menor do então Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, antigo colaborador de Manuel Heleno nas escavações por este dirigidas nos concheiros mesolíticos do vale do Sado, entre os finais da década de 1950 e os inícios da seguinte (CARDOSO, 2013).

Torna-se evidente que os entrevistadores tentaram extrair ao entrevistado, sem sucesso, inconfidências sobre as opiniões que certamente teria quanto ao modo de gestão então vigente do Museu, e mesmo quanto ao seu grau de satisfação como funcionário do mesmo. Merece ficar registada a sua opinião sobre Manuel Heleno, livre de peias ou constrangimentos, numa altura em que ao seu sucessor, Fernando de

Almeida, até lhe pudesse convir, pelas circunstâncias, que a mesma fosse pouco abonatória ou mesmo desfavorável, aliás em sintonia com a generalizada perspectiva dos arqueólogos de então: “*Era bom tanto como arqueólogo como director do museu. Trabalhei para ele talvez perto de trinta anos e sei que ele sabia bem o que era a arqueologia*” (MADEIRA e PARREIRA, 1971: 7). A reportagem termina com as seguintes reflexões: “*Para trás continuava o Sr. Roldão na quotidiana tarefa, vigiar o Museu ajudando aqui e ali sempre de boa-vontade. Na nossa mente permanecia a imagem dum homem que sabia manter com disciplina e firmeza a sua posição de subalterno temendo sempre afirmar-se sobre algo que pudesse ter repercussão no meio arqueológico, já por si tão bolicoso (sic) e sensível a considerações ou visitas que directa ou indirectamente o possam molestar*” (IDEM: 10).

Em suma, o *Dólmen*, para além de retratar fielmente a dinâmica vida associativa do Centro Nacional Juvenil de Arqueologia entre 1970 e 1971, constitui um precioso elemento documental sobre o próprio estado da Arqueologia portuguesa naquela época.

A assinalável actividade do Centro tinha a sua expressão pública mais evidente nas exposições de Arqueologia que promoveu.

O ano de 1970 não acabaria sem que se realizasse a **1.ª Exposição de Arqueologia**, inaugurada no dia 1 de Dezembro no Palácio da Independência, em Lisboa, a que compareceram os Subsecretários de Estado da Juventude e Desportos e da Administração Ultramarina, dando publicamente a imagem de uma instituição muito dinâmica e em permanente actividade, com iniciativas feitas pelos jovens e para os jovens, com assinalável visibilidade mediática.

Aquela exposição foi seguida por outras, destacando-se a **3.ª exposição de Arqueologia**, organizada no final de 1970 nas novas instalações do Centro no Palácio da Rosa, no Largo da Rosa, n.º 4, em Lisboa, de que se fez catálogo igualmente tirado ao “*stencil*”. Ali se expuseram espólios de várias épocas, em resultado das prospecções arqueológicas realizadas por membros do Centro, tanto em estações pré-históricas como romanas, incluindo-se entre estas, materiais das estações romanas de *Lixus*, *Banasa* e *Volubilis* trazidos da visita de estudo realizada a Marrocos, e de diversas estações do território português, a par das obtidas nas escavações das estações romanas da Herdade da Ovelheira e da Torre do Cabedal, realizadas por elementos do Centro.

Para a posse das novas instalações, concorreram duas realidades: por um lado, a necessidade efectiva de dispor de mais espaço do existente nas instalações cedidas pelo Ministério da Educação Nacional na Av. 5 de Outubro, o que obrigava à realização de actividades essencialmente noutras locais; por outro lado, a possibilidade oferecida à co-autora deste trabalho, colaboradora desde a primeira hora do Centro, enquanto técnica-superior da Câmara Municipal de Lisboa, pelo Eng. Santos e Castro, então Presidente da autarquia, de ocupar parte do rés-do-chão daquele grande imóvel, cuja aquisição tinha sido há pouco efectuada pela Câmara. Em tais instalações funcionou em continuidade o Centro,

até ao início do século XXI, quando o imóvel foi vendido a um grupo empresarial privado.

Passou assim o Centro Nacional Juvenil de Arqueologia da Mocidade Portuguesa, a partir dos últimos meses do ano de 1971, a dispor de um vasto conjunto de dependências, que permitiram a instalação dos seguintes sectores e serviços, elencados no Catálogo da referida exposição, tendo cada um deles direito a espaço próprio: secção de Arqueologia Clássica; secção de Arqueologia Pré-Histórica; secção de Paleoantropologia; secção de Etnografia/Antropologia Cultural; secção de desenho e topografia; secção de publicações (*Dólmen*, publicação regular do Centro); laboratório de Conservação e Restauro; laboratório de Fotografia tipológica; sala de depósito de materiais; biblioteca.

Havia ainda um espaço de convívio destinado a todos os membros do Centro e um outro, ocupado pela secretaria do Centro, onde se centralizavam os documentos de natureza administrativa, para além de uma ampla sala de conferências, que podia albergar até cerca de 100 participantes.

No Roteiro da Exposição inaugurada a 10 de janeiro de 1972, a Comissão criada para o efeito integrava 11 elementos, dirigida por António Mendes, entre outros, Heitor Pato, João Madeira, Luís Raposo, Rui Salvado, Rui Parreira e Pedro Barbosa, que, em texto conjunto, declararam: *“Numa nova fase, que adivinhamos próxima, além de possuímos maior controle e autogerência de toda a actividade contamos, ainda poder dar a cada um dos quase trezentos membros motivos de interesse e de estudo ao longo do ano, procurando que não hajam lacunas e a actividade seja sempre programada, efectiva e totalmente realizada”* (MENDES *et al.*, 1972: 3).

E que actividades eram essas, cujo propósito era assim tão enfaticamente anunciado?

Na sua essência, correspondiam à plena afirmação e desenvolvimento das anteriormente realizadas, sobretudo formativas, com a realização de Cursos de Iniciação e de Especialização de Arqueologia, acompanhados de visitas de estudo, de diversa natureza, incluindo as de natureza internacional, a par da realização de Colóquios Juvenis de Arqueologia, onde os jovens poderiam apresentar os resultados das suas próprias investigações.

Havia claramente uma ambição determinada e realista, com base nos resultados obtidos, e nas potencialidades evidenciadas pela grande adesão juvenil, que ia ainda mais longe, ao pugnar-se, a partir de certa altura, pela criação de uma licenciatura em Arqueologia. Tal realidade foi claramente expressa por Luís Pascoal quando entrevistado pela revista *Dólmen*, a 17 de Setembro de 1971, na gare de Santa Apolónia. Com um pé no estribo do comboio que o levaria a Paris para realizar o seu doutoramento de Arqueologia (não efectuado), em resposta à pergunta *“Que pensas da Arqueologia em Portugal?”*, declarou: *“Dever-se-á marcar uma linha de conduta, para seguir, e se poderem obter determinados objectivos com a licenciatura”* (NOTICIÁRIO, 1971: 27).

Importa, pois, conhecer os antecedentes desta afirmação e verificar de que modo foi dada continuidade às intenções anunciadas, e de que forma as mesmas foram concretizadas, na nova fase que iria conhecer a vida do Centro Nacional Juvenil de Arqueologia da Mocidade Portuguesa, que a breve trecho iria mudar de designação e de enquadramento.

Já na nova sede, no Palácio da Rosa, para onde transitou, como acima se referiu, nos últimos meses de 1971, foi organizado e publicado o n.º 7 da revista *Dólmen*, respeitante aos meses de outubro e novembro de 1971, o último que ostenta a referência à integração do Centro na Mocidade Portuguesa.

Nele se noticia a realização do **I Colóquio Nacional Juvenil de Arqueologia**, que reuniu no Liceu Nacional Garcia de Horta, no Porto, cerca de 300 participantes, que assistiram à apresentação de quinze comunicações entre os dias 1 e 3 de Agosto de 1971.

Os participantes eram oriundos de todo o País, das estruturas locais desenvolvidas autonomamente nos Liceus e Escolas Técnicas, enquadradas pela Direcção do Centro Nacional, do qual o Dr. João Salvado e a Dr.ª Salete Simões Salvado eram, respectivamente, Director e Sub-Directora. Não por acaso, foi aquele o Liceu escolhido para a realização deste I Colóquio, dada a assinalável quantidade de jovens estudantes do Ensino Secundário interessados em Arqueologia do Norte do País, e também pelo facto de aquele Liceu ser dirigido por um arqueólogo empenhado, o Dr. Adriano Vasco Rodrigues, a quem se deve a publicação de um livro de divulgação da Arqueologia pré-e proto-histórica da Península Ibérica, de ampla difusão naquela época entre os jovens (RODRIGUES, s/d).

À sessão inaugural compareceram o representante do Ministro da Educação Nacional, que se encontrava retido em Lisboa devido a reunião com os Reitores das Universidades Portuguesas, e o Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Arq. Melo Raposo, numa derradeira afirmação da integração da iniciativa no quadro daquela organização. Como Presidente e Secretário-Geral do Colóquio foram designados, respectivamente, Paulo de Oliveira e Luís Pascoal, tendo este sublinhado, no discurso inaugural, a urgência de renovação da Arqueologia em Portugal, com uma mensagem concreta, aliás repetida pouco depois, como acima se referiu: *“[...] e não valerá a pena lembrar que o ensino da Arqueologia em Portugal se limita apenas a duas cadeiras nas Faculdades de Letras e para os alunos que se destinam aos cursos de História e que não existem escolas arqueológicas, em Portugal [...]”. Pois nós, os que queremos aprender Arqueologia como ela é ensinada em quase todos os países europeus sabemos que pouco faremos neste colóquio, mas nem por isso deixaremos de dar a nossa achega pobre, mas jovem, para ajudar a criar um clima mais digno no sector da Arqueologia em Portugal.*

*Estamos todos esperançados que Sua Excelência o Sr. Ministro da Educação Nacional crie o Bacharelato ou a Licenciatura em Arqueologia nas Faculdades de Letras, para o que já lhe foi entregue uma fundamentada exposição”* (PASCOAL, 1971: 3). Estava, pois, lançada a semente, que iria germinar, como a seguir se verá.



FIGS. 2 e 3 – 2.º Colóquio Nacional Juvenil de Arqueologia, realizado em Agosto de 1972 no Liceu D. João de Castro, em Lisboa.

À esquerda, averso da medalha comemorativa que ostenta numa das faces placa decorada antropomórfica proveniente da região de Idanha-a-Velha, conservada no Museu Nacional de Arqueologia; em baixo, pasta distribuída aos participantes. Propriedade de João Luís Cardoso.

O êxito verificado justificou a realização, um ano depois, do **2.º Colóquio Nacional Juvenil de Arqueologia**, agora em Lisboa, no Liceu D. João de Castro, entre os dias 31 de julho e 5 de agosto de 1972, registado em medalha comemorativa então cunhada (Fig. 2), bem como na documentação contida das pastas distribuídas às centenas de participantes (Fig. 3).

A escolha de Lisboa para este 2.º Colóquio e, muito especialmente, naquele Liceu, justificava-se plenamente pelo facto de ter sido ali que se dera início ao Centro, no ano de 1968, conforme acima se referiu. Também na decisão pesaram por certo os importantes apoios assegurados pela Câmara Municipal de Lisboa, sob a presidência do Eng. Santos e Castro, em boa parte resultantes da intervenção directa e pessoal da Dr.ª Salete Simões Salvado, enquanto funcionária superior da autarquia, que assim se reflectia positivamente na própria visibilidade e imagem da Arqueologia no seio da mesma.

A sessão inaugural foi presidida pelo Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Veiga Simão, que a dado passo declarou, reportando-se à intervenção do Presidente do Colóquio, António Mendes (Fig. 4): *“Gostei, pois, de ouvir, e de nos dizer o que pensa sobre a Arqueologia que é naturalmente e por excelência uma ciência inter-disciplinar, o que significa que, para haver bons centros arqueológicos, necessitais decerto da colaboração de cientistas de diversa formação, sejam eles biólogos ou químicos, com todas as técnicas de micro-análise altamente desenvolvidas, sejam físicos com bons conhecimentos no domínio da electricidade ou da Força Nuclear de baixas energias, para medidas de idades, sejam eles matemáticos, filósofos, historiadores ou cultores de novos modelos de pensamento e interpretação. // Temos, portanto, de encarar essa Ciência que, vista sob os aspectos dos novos progressos, é uma ciência nova [...]. // E portanto, gostaria que neste colóquio vos pudésseis debruçar sobre problemas muito concretos, para a criação desses laboratórios científicos, para a organização de um bacharelato ou de uma licenciatura em Arqueologia.*

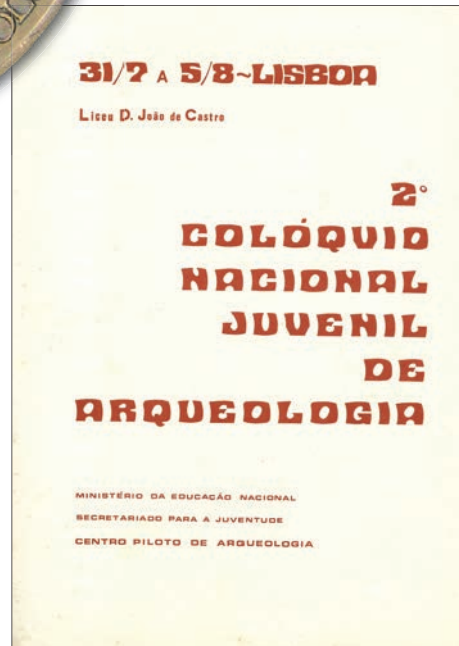


FIG. 4 – Intervenção do Ministro da Educação Nacional na sessão inaugural do 2.º Colóquio Nacional Juvenil de Arqueologia, realizado em Agosto de 1972 no Liceu D. João de Castro, em Lisboa. Da esquerda para a direita: António Mendes, Presidente do Colóquio; Salete Salvado; pessoa não identificada; João Manuel Bairrão Oleiro, Director-Geral dos Assuntos Culturais;

pessoa não identificada; José Veiga Simão, Ministro da Educação Nacional, no uso da palavra; Augusto Athayde, Secretário de Estado da Juventude e Desportos; Fernando Santos e Castro, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; pessoa não identificada. Reprodução parcial da pág. 7 da revista *Dólmen*, Série II, vol. 1, de março de 1973. Propriedade de João Luís Cardoso.

*Eu diria, talvez, a criação de uma licenciatura com bacharelatos, de diferente formação em Arqueologia, licenciatura essa que poderia ser ministrada nas Faculdades de Letras ou em Institutos Inter-Universitários*” (SIMÃO, 1973). Esta intervenção, cuja clarividência e actualidade não podia ser maior, foi determinante para a prossecução dos trabalhos do Colóquio, pois havia sido afirmado explicitamente ao mais alto nível, e na sequência de declarações anteriores de jovens responsáveis do Centro, como Luís Pascoal, sobre a importância de criação de uma licenciatura em Arqueologia, que esta teria de ser leccionada valorizando a sua pluridisciplinaridade, a qual não se resumia aos recursos oferecidos pelas Faculdades de Letras nesse domínio, admitindo-se, em alternativa, o seu ensino em Institutos Inter-Universitários.

Face à importância destas afirmações, e perante a solicitação do ministro para que lhe apresentassem propostas concretas, compreende-se que, na sessão de encerramento do Colóquio, presidida pelo Secretário de Estado da Juventude e Desportos, Dr. Augusto Athayde, fosse detalhadamente apresentada a resposta devida àquela solicitação ministerial que constituiu uma das conclusões primordiais do encontro, expressa na intervenção de Pedro Barbosa, secretário-geral do Colóquio: *“Tendo em consideração as grandes vantagens que podem advir da fundamentação das Ciências da Natureza por parte do curriculum obrigatório para os Bacharelatos e Licenciatura em Arqueologia, ficou ponto assente a vantagem da criação dum Instituto de Arqueologia de carácter Inter-Universitário, em vez da reorganização de grupos de cadeiras existentes já dentro de qualquer faculdade”* (BARBOSA, 1973: 10). Segue-se a apresentação do elenco das unidades curriculares gerais, nucleares e auxiliares do Plano de Estudos proposto, bem como o apetrechamento laboratorial do Centro Piloto de Arqueologia para cabalmente dar resposta às necessidades de formação em Arqueologia dos jovens que o procuram, oriundos do Ensino Secundário, mas também de diversos cursos superiores de Letras e de Ciências. Abria-se assim a porta a que fosse esta Instituição a liderar o processo de criação do novo Instituto Inter-Universitário onde a formação em Arqueologia fosse efectuada.

Estaria o Centro Piloto de Arqueologia em condições de assumir este desafio e enfrentar as dificuldades que, desde logo, lhe seriam lançadas, especialmente a partir da Universidade de Lisboa, cujo Reitor, a partir de meados de 1973, Joaquim Veríssimo Serrão, Catedrático de História, era um declarado defensor de uma Arqueologia no seio da História? Sabemos hoje que o projecto soçobrou por razões políticas e por interesses pessoais e corporativos instalados, para além da falta de tempo de o concretizar na prática. Na verdade, o tempo viria a dar razão à visão de Veiga Simão, da valia de uma prática arqueológica cada vez mais de natureza pluridisciplinar, como evidencia a realidade presente. Para que tal reivindicação fosse possível, em 1972, foram essenciais as mudanças pouco tempo antes verificadas no enquadramento legal do Centro, sua designação e funcionamento. Com efeito, a passagem do

Centro para o Palácio da Rosa, verificada na segunda metade do ano de 1971, foi acompanhada da mudança de tutela, deixando de estar integrado na Mocidade Portuguesa, para pertencer a uma nova estrutura criada no Ministério da Educação Nacional, o Secretariado para a Juventude, que absorveu muitas das competências antes atribuídas àquela organização política, uma vez que tinha sido criada precisamente para preenchimento dos tempos livres dos jovens com actividades formativas, realizadas fora das suas obrigações de estudo e de trabalho. Uma das mais importantes alterações que a nova orgânica veio formalizar foi a integração de jovens de ambos os sexos, já que os Centros da Mocidade Portuguesa acolhiam apenas rapazes, sendo a filiação e enquadramento de raparigas do foro da Mocidade Portuguesa Feminina, organização independente e equiparada funcionalmente à sua congénere masculina. Importa, contudo, referir que essa regra jamais se aplicou, na prática, ao Centro Nacional Juvenil de Arqueologia da Mocidade Portuguesa, o que sublinha bem o carácter fluido da sua natureza, num tempo de mudanças políticas ao mais alto nível, que paulatinamente se afirmavam na prática governativa, e especialmente no domínio da Educação. Com efeito, embora a génese do Centro remonte ao Liceu D. João de Castro, exclusivamente masculino, o seu carácter nacional, englobando estudantes do ensino secundário de liceus e escolas técnicas de todo o país, obrigou desde logo à adopção do seu carácter misto, conforme se pode comprovar pelos participantes nas diversas iniciativas e também nos membros que ao longo dos anos nele se incorporaram. Tal realidade tinha mesmo expressão a nível das equipas dirigentes, de que é bom exemplo a revista *Dólmen*, ao integrar desde o primeiro número (de maio/junho de 1970) Teresa Caldeano como Secretária da Redacção, e Hélia de Almeida na Equipa de Reportagem dirigida por Luís Raposo. A integração do Centro no recém-criado Secretariado para a Juventude obrigou à sua mudança de nome, que passou a ser Centro Piloto de Arqueologia, mudança que, contudo, não foi do agrado de todos, visto que a palavra “Nacional”, que integrava a anterior designação, tinha uma expressividade muito maior do que a nova palavra encontrada. De qualquer forma, com a adopção da palavra “Piloto” ficou explícito o seu papel a nível nacional como organismo enquadrante e normativo da Arqueologia, enquanto actividade juvenil. Foram deste modo criados, por iniciativa de jovens das respectivas regiões, vários Núcleos Regionais de Arqueologia, nos Centros de Juventude locais, apoiados por estabelecimentos de ensino secundário e pelas autoridades municipais, articulados directamente com o Centro Piloto de Arqueologia, que lhes conferia a indispensável base científica e organizacional. Neste âmbito, merecem ser referidos especialmente os exemplos de Viseu e de Beja. A intervenção na província do Centro Piloto de Arqueologia, um dos objectivos estratégicos de actuação da equipa dirigente, que considerava prioritária a formação local de jovens que, devidamente apoiados pelos executivos municipais, se constituiriam nos melhores defensores

e estudiosos do Património arqueológico das suas terras, quase sempre ignorado e por isso condenado a uma destruição paulatina, mas inexorável, exprimiu-se através de diversas acções concretas no terreno. Entre todas, avulta realização de Cursos de Iniciação à Arqueologia, da responsabilidade de monitores formados no Centro.

Os primeiros cursos foram realizados em Setúbal e em Almada, em 1973, aqui em articulação com o Centro de Arqueologia de Almada, criado um ano antes, cujo cinquentenário agora justamente se comemora, seguindo-se outros cursos em diversas localidades, sempre com elevada participação dos jovens da região em causa, sempre com o apoio dos executivos municipais. Em Avis, teve o primeiro autor deste trabalho a oportunidade de apresentar, integrado no Curso de Iniciação à Arqueologia ali realizado, a sua primeira conferência sobre Arqueologia, dedicada ao “Povo do Vaso Campaniforme”, na Casa do Povo de Avis, em Março de 1974, na qualidade de monitor, adquirida depois de ter concluído o curso de Iniciação à Arqueologia no ano anterior, a qual prosseguiu no terreno com trabalhos de escavação e de cartografia arqueológica naquele concelho alentejano. Ainda nessas férias da Páscoa de 1974, teve o referido signatário a oportunidade de prosseguir a sua formação, ao participar na escavação de um dólmen perto de Alvite (Moimenta da Beira, distrito de Viseu), tomando contacto com os seus colegas do Centro de Arqueologia de Viseu, partilhando com eles dos ensinamentos práticos do director da escavação, o Doutor Octávio da Veiga Ferreira.

O novo enquadramento oficial do Centro, mantida a direcção de João Salvado e de um dos autores deste estudo, por nomeação ministerial, reflectiu-se, pois, na projecção das actividades na província, que atingiram muito maior profundidade no território, reforçando os contactos com os poderes locais, por forma a garantir os seus objectivos primordiais, realizados com vontade e entusiasmo acrescidos.

Tais objectivos, podem resumir-se, essencialmente, a dois:

- i) formação integrada de jovens para a cidadania, dando oportunidade aos mais motivados para obterem uma preparação preliminar em Arqueologia; e
- ii) investigação e protecção do rico Património arqueológico do interior do País, mediante a aposta nos jovens, em estreita articulação com os executivos municipais, na perspectiva de assim poderem surgir novos saberes e novas vontades.

Para a concretização destes objectivos, eram indispensáveis as novas instalações em Lisboa, que, para além de coordenarem as actividades a desenvolver na província, constituindo assim uma verdadeira base estratégica de operações, passaram a acolher a realização dos Cursos de Iniciação e de Especialização em Arqueologia, a par de outros, leccionados em outros domínios científicos.

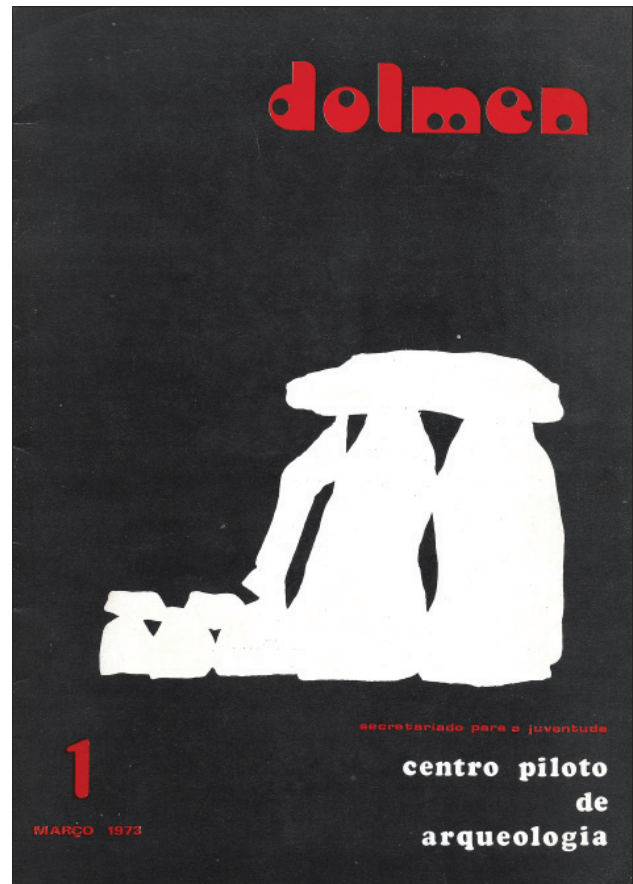


FIG. 5 – Capa do único volume publicado da Série II da revista *Dólmen*, de Março de 1973. Propriedade de João Luís Cardoso.

Tais actividades foram acompanhadas da remodelação, tanto formal como de organização de conteúdos, do *Dólmen*, que passou a ser impresso em papel “couché”, em tipografia. O primeiro número (e único), de março de 1973, inaugurou uma nova série, incluindo fotos a preto e branco (Fig. 5). Publicaram-se pela primeira vez dois textos da autoria de um arqueólogo, o Doutor O. da Veiga Ferreira, um deles dedicado às insculpturas rupestres do vale do Tejo, da região de Fratel, numa clara afirmação do seu carácter frontal e directo, que todos lhe conhecemos, independentemente da razão científica que lhe assistia (FERREIRA, 1973).

No ano lectivo de 1971-1972 realizou-se, na nova sede do Centro, o 4.º **Curso de Iniciação à Arqueologia**. No final, alguns dos participantes, totalizando 43 elementos, realizaram uma visita de estudo ao Reino de Marrocos, em Abril de 1972, percorrendo muitos locais de interesse histórico e arqueológico, logo seguida, a 15 de Novembro de 1972, da sessão inaugural do 5.º **Curso de Iniciação à Arqueologia** (ano lectivo de 1972-1973). No respeitante à Pré-História, colaboraram, como docentes, pela primeira vez, Georges Zbyszewski e Octávio da Veiga Ferreira, a par de palestras eventuais a cargo de outros especialistas, entre

os quais Manuel Farinha dos Santos, que era de há muito colaborador do Centro, de Margarida Ribeiro e de Jorge Dias, este prematuramente falecido. Jean Roche, a 19 de Março de 1973, proferiu, perante cerca de cem jovens, a conferência “O Mesolítico Português: os concheiros de Muge”, que constituiu oportunidade única para quase todos eles terem conhecido e ouvido o ilustre arqueólogo francês.

As sessões, realizadas aos sábados à tarde, a partir das 15 h, e repetidas às segundas-feiras, na Sala de Conferências, foram sempre muito concorridas, bem demonstrativas do interesse suscitado pelos professores e conferencistas entre os jovens, maioritariamente estudantes do ensino secundário, entre os quais o primeiro signatário (Fig. 6), a que se somavam estudantes universitários, nomeadamente da Faculdade de Letras de Lisboa, que assim colmatavam as insuficiências na sua formação em Arqueologia, e especialmente no campo da Pré-História. Alguns membros do Centro Piloto de Arqueologia tiveram ainda a oportunidade, nesta última etapa da vida da instituição, enquanto organismo oficial do Estado, de obterem formação prática, tendo 21 elementos participado, em Setembro de 1972, nas escavações na *villa* romana do monte da Ovelheira, perto de Elvas, orientadas por João Salvado, a que se seguiram muitas outras acções, até março de 1974, entre as quais as acima referidas.

Os últimos Cursos de Iniciação e de Especialização de Arqueologia iniciaram-se em Novembro de 1973 e prosseguiram até depois do 25 de Abril de 1974. Por via das alterações políticas então verificadas, estes cursos não tiveram continuidade oficial no ano seguinte, ainda que o Centro tenha continuado a funcionar exactamente nos mesmos moldes dos anteriormente definidos, mas desprovido do necessário enquadramento ministerial, mantendo apenas as instalações cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa.

De 17 a 23 de dezembro de 1973 teve lugar o **3.º Colóquio Nacional Juvenil de Arqueologia**, realizado no antigo Casino Estoril, nas traseiras do actual. Tal qual se verificou no Colóquio anterior, foi cunhada uma belíssima medalha, ostentando numa das faces célebre caçoila campaniforme recolhida na Gruta II da necrópole de Alapraia (Fig. 7) e preparadas centenas de pastas com documentação (Fig. 8), entregues aos participantes que se deslocaram ao Estoril. Foram apresentadas dezenas de comunicações, constituindo, mais uma vez, a expressão da



FIG. 6 – Em cima, aula de Arqueologia Pré-Histórica do Doutor Octávio da Veiga Ferreira no 5.º Curso de Iniciação à Arqueologia (ano lectivo de 1972-1973), vendo-se um dos autores do presente trabalho no canto inferior esquerdo da imagem. Propriedade de João Luís Cardoso.



FIG. 7 – Medalha comemorativa da realização do 3.º Colóquio Nacional Juvenil de Arqueologia, realizado em Dezembro de 1973 nas instalações do antigo Casino Estoril, no Estoril, ostentando numa das faces caçoila campaniforme decorada proveniente da Gruta 2 da necrópole de Alapraia, conservada na Câmara Municipal de Cascais. Propriedade de João Luís Cardoso.

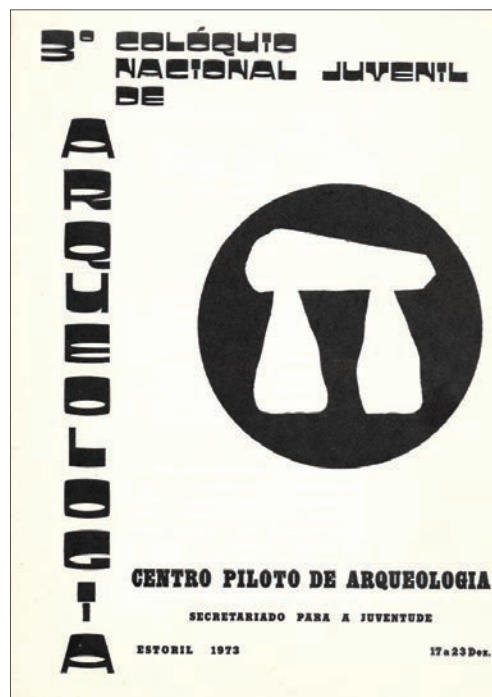



FIG. 8 – Pasta do 3.º Colóquio Nacional Juvenil de Arqueologia, realizado em Dezembro de 1973 nas instalações do antigo Casino Estoril, no Estoril. Propriedade de João Luís Cardoso.

vitalidade de um projecto, progressivamente robustecido pela genuína adesão de jovens, carentes de informação e de orientação, e também de um porto de abrigo seguro e acolhedor para poderem desenvolver iniciativas e actividades de que eram os protagonistas e destinatários. Com efeito, desde a criação do Centro estava estabelecido modelo de funcionamento muito claro, simples e eficaz. Baseava-se numa Direcção constituída pelos dois responsáveis nomeados oficialmente pelo Ministério da Educação Nacional, João Salvado e um dos signatários deste trabalho. Estes, em reuniões de trabalho com os membros da Direcção Juvenil, que integrava representantes das diversas secções, definiam conjuntamente os Planos de Actividades e Orçamento anualmente submetidos à tutela, carecendo de aprovação por parte desta. Após o 25 de Abril de 1974, e no quadro de nova etapa da vida do

Centro, Seomara da Veiga Ferreira continuou a prestar serviço oficial, sendo responsável pelo Laboratório de Conservação e Restauro, enquanto funcionária superior ali destacada pelo Ministério da Educação. Prosseguiu, também, a leccionação de cursos livres no Palácio da Rosa, cujas instalações cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa se mantiveram na posse do Centro, por forma a permitir a realização das suas actividades, entre as quais a abertura de novos cursos, de carácter anual, a cargo de alguns dos antigos colaboradores, como Octávio da Veiga Ferreira, apoiados por um conjunto assinalável de antigos alunos, de que resultou, a fundação da Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos, cujas actividades se prolongaram até aos dias de hoje. Mas essa é já uma outra história, que também merece, a seu tempo, ser contada. 

## Bibliografia

ALMEIDA, Hélia e RAPOSO, Luís (1970) – “Entrevista ao Dr. Farinha dos Santos”. *Dólmen*. Lisboa. 1: 2-5.  
 BARBOSA, Pedro (1971) – “Dólmen e Menhires”. *Dólmen*. Lisboa. 4: 7-10.  
 BARBOSA, Pedro (1973) – “Intervenção na Sessão de Encerramento do 2.º Colóquio Nacional Juvenil de Arqueologia”. *Dólmen*. Lisboa. 2.ª série. 1: 9-11.  
 CARDOSO, João Luís (ed.) (2013) – *Manuel Heleno Pioneiro do Ensino e da Investigação Arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (Suplemento 8 a *O Arqueólogo Português*).

EQUIPE DE REPORTAGEM (A) (1970) – “Entrevista ao Doutor Veiga Ferreira”. *Dólmen*. Lisboa. 2: 27-30.  
 FERREIRA, Octávio da Veiga (1966) – *La Culture du Vase Campaniforme au Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (*Memória*, Nova Série, 12).  
 FERREIRA, Octávio da Veiga (1973) – “Acerca das Chamadas «Gravuras Rupestres» de Fratel. Portas de Ródão”. *Dólmen*. Lisboa. 2.ª série. 1: 15-16.  
 FRIAS, Maria Amélia (1970) – “Algumas Regras a Adostrar na Arqueologia”. *Dólmen*. Lisboa. 3: 3-5.

GASPAR, Maria Alexandra (1970) – “Noticiário. A presença de dois membros do Centro Nacional de Arqueologia no II Congresso Nacional de Arqueologia”. *Dólmen*. Lisboa. 3: 29-30.  
 MADEIRA, João e PARREIRA, Rui (1971) – “Museu Nacional de Arqueologia: tema para entrevista e reportagem”. *Dólmen*. Lisboa. 7: 5-10.  
 MADEIRA, João (1971a) – “A Prospeccção Arqueológica”. *Dólmen*. Lisboa. 6: 5-9.  
 MADEIRA, João (1971b) – “Dr. Georges Zbyszewski, o Homem e o Arqueólogo”. *Dólmen*. Lisboa. 5: 11-15.  
 MENDES, António *et al.* (1972) – *Roteiro da Exposição*. Lisboa: Centro Nacional Juvenil de Arqueologia. Edição ciclostilada.  
 NOTICIÁRIO (1971) – “Entrevista com Luís Pascoal”. *Dólmen*. Lisboa. 7: 26-27.  
 OLIVEIRA, Paulo de (1971) – “Yasi Ada, Escavação Completa”. *Dólmen*. Lisboa. 5: 3-6.  
 PARREIRA, Rui (1971a) – “Não Façam Mais Museus Regionais de Arqueologia!”. *Dólmen*. Lisboa. 6: 3-4.  
 PARREIRA, Rui (1971b) – “Notas Sobre o Complexo Cultural Eneolítico em Portugal”. *Dólmen*. Lisboa. 6: 27-30.  
 PASCOAL, Luís (1971) – “Intervenção na Abertura do I Colóquio Nacional Juvenil de Arqueologia”. *Dólmen*. Lisboa. 7 (suplemento): 1-4.  
 PEREIRA, Jorge C. Paulino (1971) – “Considerando... Sobre a Arqueologia em Portugal”. *Dólmen*. Lisboa. 7: 3-4.  
 RODRIGUES, Adriano Vasco (s/d) – *Arqueologia da Península Hispânica*. Porto: Porto Editora.  
 SALVADO, João (1970) – *Introdução ao Estudo da Pré-História e da Arqueologia de campo*. Lisboa: Centro Nacional Juvenil de Arqueologia da Mocidade Portuguesa.  
 SIMÃO, J. Veiga (1973) – “Discurso na Sessão Inaugural do 2.º Colóquio Nacional Juvenil de Arqueologia”. *Dólmen*. Lisboa. 2.ª série. 1: 7-8.

PUBLICIDADE



Associação de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos  
 Organização Não-Governamental de Ambiente

[travessa luís teotónio pereira, cova da piedade, almada]  
 [212 766 975 | 967 354 861]  
 [c.arqueo.alm@gmail.com]  
 [http://www.caa.org.pt]  
 [http://www.facebook.com]

**uma Associação  
 em que dá gosto  
 participar!**

**CENTRO DE  
 ARQUEOLOGIA  
 DE ALMADA**

**1972-2022**

50 anos de intervenção social,  
 a promover uma visão integrada da  
 Arqueologia, do Património Cultural e  
 Ambiental e da História local e regional,  
 no exercício partilhado de uma cidadania  
 cultural e cientificamente  
 informada.

**peça já a sua ficha de inscrição**